



▶ **Síntese do webinar com Banco de Moçambique: MEDIDAS DE POLÍTICA MONETÁRIA E SEU IMPACTO NA MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA COVID-19**

▶ **Date:** May 2020

I. Enquadramento

A CTA em colaboração com o Banco de Moçambique (BM), realizou no dia 05 de Maio do ano em curso, uma Teleconferência de abrangência nacional subordinada ao tema “**medidas de política monetária e seu impacto na mitigação dos efeitos da covid-19**”. Este encontro contou com aproximadamente 120 participantes, que compreendem empresas de diferentes sectores de actividade e de diferentes províncias do país.

O principal objectivo deste encontro era, essencialmente, esclarecer o alcance das medidas de política monetária adoptadas pelo Banco de Moçambique para a mitigação dos efeitos da COVID-19 na economia. O orador principal foi o Exmo. Senhor Administrador do Pelouro de Estabilidade Monetária do Banco de Moçambique, **Dr. Jamal Omar**, o Painelista foi o Economista Financeiro **Dr. Luís Magaço** e o moderador do debate foi o Presidente do Pelouro de Política Financeira da CTA - **Dr. Bernardo Cumaio**.

II. Apresentação do Dr. Jamal Omar

A breve apresentação do Dr. **Jamal Omar** incidiu sobre os seguintes aspectos:

- **Conjuntura económica e perspectivas para 2020.** Aqui fez-se abordagem sobre os aspectos envolvendo a economia doméstica para o ano corrente e 2021. Salientou-se, nestes termos, o facto de Moçambique ter registado em 2019 um crescimento de 2,2% (que representava uma desaceleração pelo quinto ano consecutivo) devido aos efeitos dos ciclones e da tensão política militar. Para 2020 também se espera um abrandamento devido às restrições criadas pela COVID-19 (fraca procura global e domestica, adiamento de investimentos e paragem de actividades). Adicionalmente, salientou-se o facto de a inflação continuar a desacelerar desde 2016 fixando-se em Março de 2020 em 3,09%. No que diz respeito às perspectivas,

espera-se uma recuperação em 2021 com a dissipação da COVID-19, reconstrução pós ciclones, provável retoma do programa de financiamento do FMI e realização de FDI na exploração de gás;

- **Canais de transmissão dos impactos macroeconómicos da COVID-19.** Neste ponto abordaram-se dois mecanismos de transmissão através do sector externo e produção doméstica.
 - Relativamente ao sector externo, referiu-se ao facto da economia mundial ter uma projecção de crescimento de -3% para o ano em curso e o facto de Moçambique estar comercialmente exposto à países como África do Sul, Zona Euro que poderão registar contracções de -5.8% e -7.5% respectivamente no ano em curso. Adicionalmente, abordou-se o facto dos preços dos principais produtos de exportação de Moçambique como carvão térmico, alumínio e gás natural estarem a registar variações negativas com quedas que até o final do ano, possivelmente virão a atingir 40,5% (para o caso do carvão térmico). Ainda no âmbito do comércio externo abordou-se o facto do preço dos principais produtos de importação de Moçambique estarem a registar subidas com excepção do petróleo (com crescimento de -62.3%).
 - Relativamente à produção doméstica, salientou-se o facto dos sectores mais afectados pela COVID-19, nomeadamente Turismo, Transporte, Indústria Extractiva, Pescas e todo o sector secundário terem um peso de 42,6% do total da produção nacional.
- **Medidas tomadas pelo Banco de Moçambique.** Neste ponto debruçou-se sobre as principais medidas de política monetária tomadas pelo Banco de Moçambique, a sua racionalidade e os impactos esperados. Abordou-se ainda de forma breve, duas medidas tomadas pelo Banco de Moçambique que entrarão em vigor após a publicação.

No final da apresentação o Dr. Jamal Omar salientou que o Banco de Moçambique continua a monitorar os indicadores económico-financeiros, os factores de risco e o seu impacto sobre as perspectivas de inflação e actividade económica, e poderá tomar as medidas correctivas que se mostrarem necessárias.

III. Intervenção do Dr. Luís Magaço

O painelista, Dr. Luís Magaço iniciou a sua intervenção felicitando o Banco de Moçambique por ter sido pioneiro nas intervenções de política para a mitigação dos efeitos da crise causada pela COVID-19. Seguidamente colocou a as suas preocupações relativamente aos mecanismos de transmissão das medidas adoptadas para as empresas, a possibilidade da redução da taxa MIMO para menos de 10% como noutras economias e o problema do sistema financeiro ter excesso de

liquidez enquanto que a economia real se ressentia de falta de fundos para financiar as suas transacções. Como forma de encerramento orientou sobre como os presentes na reunião deveriam apresentar as suas perguntas dentro dos parâmetros de exequibilidade e responsabilidade do Banco de Moçambique.

IV. Sessão de debate: perguntas e respostas

Após a intervenção do Dr. Luís Magaço seguiu-se a secção de debate com a colocação de perguntas e respostas. No essencial, as principais questões (incluindo as do painelista) e as respectivas respostas foram as seguintes:

- **Porquê a redução da MIMO em 150pb apenas resultou na redução da *prime rate* em 50pb.**

R: *A *prime rate* tem duas componentes. Tem uma componente da MIMO e outra componente de prémio de custo (calculada pela AMB). A redução da MIMO implica uma redução da *prime rate* no entanto para o cálculo da *prime rate* faz-se uma ponderação das transacções ocorridas durante o mês e porque a decisão da redução da MIMO foi feita na segunda metade do mês nem todas as transacções foram captadas. Nestes termos, o próximo anúncio da *prime* poderá vir a reflectir os restantes 100pb que não foram reflectidos nesse anúncio.*

- **Quais são os mecanismos de transmissão das medidas adoptadas pelo Banco de Moçambique para as empresas?**

R: *As medidas tomadas pelo Banco de Moçambique têm nos bancos comerciais o canal de repassagem para as empresas e famílias. A transmissão do banco comercial para as empresas e famílias depende de elementos que não estão sob o controle directo do Banco de Moçambique (como, por exemplo, as políticas relativas à concessão de créditos que um banco comercial pode eventualmente tomar).*

- **Como o Banco de Moçambique pode reduzir a taxa MIMO de forma mais pronunciada (para níveis abaixo de 10%)?**

R: *Com base na informação que o Banco de Moçambique tem ao seu dispor e com a expectativa de inflação a taxa MIMO está num nível que permite salvaguarda. O BM continua a monitorar os principais indicadores que norteiam as decisões de política e caso se mostre necessário pode intervir.*

- **Como o Banco de Moçambique pretende lidar com o problema de excesso de liquidez que existe no sistema financeiro para transmitir as suas medidas de política para as empresas?**

R: *O Banco de Moçambique visualiza que há excesso de liquidez no sistema no entanto essa liquidez é aplicada nos instrumentos de curto prazo do BM e não na economia. No processo de passagem de liquidez dos bancos para as empresas há elementos que o BM não controla (como, por exemplo, os critérios de avaliação de risco das empresas). No entanto pode persuadir ou sinalizar para que as direcções dos bancos comerciais prossigam com a repassagem da liquidez.*

Essa repassagem também depende do nível de informação ao dispor dos tomadores de empréstimos que aos bancos comerciais e a sua capacidade de negociação.

➤ *O que significa reestruturação de financiamentos sem custos para os bancos? Como devia acontecer?*

R: A medida de reestruturação dos créditos pelos bancos comerciais implica custos sob ponto de vista prudencial pois o crédito em causa será graduado num determinado nível de risco. Com a medida tomada nestes termos o BM pretende que os bancos aliviem as empresas e as famílias neste momento em que estão a enfrentar crises de fluxo de caixa sem que estes se eximam das suas responsabilidades creditícias. Adicionalmente, os detalhes da reprogramação não estão sob a alçada do BM.

➤ *Porquê não se estabelecem taxas bonificadas e relaxamento dos processos de due diligence para acesso aos USD 500 milhões? E como pode ser alargado o acesso para empresas do turismo e para apoiar o INSS com os subsídios sociais?*

R: Os requisitos para a obtenção de financiamento em moeda externa não são da alçada do BM, podendo variar de banco para banco, conforme os programas de análise de risco que estes fazem. A linha ainda não foi acessada, a razão pode estar a dever-se ao facto de o sistema ter liquidez em moeda estrangeira para satisfazer os seus clientes. A linha de financiamento é para todos os sectores e os bancos comerciais podem acessar assim que precisarem.

➤ *O que significa não obrigatoriedade da conversão da moeda estrangeira?*

R: Até 2017, os exportadores eram obrigados a repatriar as suas receitas de exportação com conversão de 50% das divisas para moeda local. No entanto esta medida cessou em 2017, e como forma de apoiar os importadores e aumentar a liquidez em moeda externa no sistema o BM pretende reintroduzir a medida temporariamente com um coeficiente de conversão de 30%.

➤ *As importações quando entram no país usam a taxa de câmbio da Mnet e não do Banco de Moçambique. Qual é a possibilidade de uniformizar essa taxa com a do BM?*

R: O Banco de Moçambique segue um regime de taxas de câmbio flutuante. Isto não lhe permite ditar objectivamente as taxas de câmbio a praticar pelas instituições autorizadas por lei a operar com moeda estrangeira. Todavia, tais operações deverão estar em conformidade com os Avisos 4 e 6/GBM/2017 de 30 de Março, sobre, respectivamente, a taxa de câmbio de referência do mercado cambial e a uniformização da taxa de câmbio.

IV. Considerações finais

Como considerações finais foram destacadas as mensagens principais resultantes deste encontro, nomeadamente:

- A economia moçambicana é estruturalmente frágil, independentemente dos ciclones e do COVID-19, e não tem capacidade para resistir a choques. Tal resulta de factores históricos associados aos programas de desenvolvimento, agravado recentemente pela deterioração da reputação do país no mercado internacional. Nestes termos, é preciso solicitar ao Governo aquilo que o Governo pode dar. As empresas não podem esperar que o Governo, o BM e os bancos comerciais concedam suporte acima da sua capacidade. Adicionalmente, a banca comercial não está tão bem como os demais agentes económicos interpretam e também precisa de apoio assim como outros sectores para continuar a apoiar o sector real.
- Existe um risco adicional na concessão de empréstimos em moeda externa que é a depreciação cambial e isto faz com que os bancos desaconselhem os seus clientes a tomarem empréstimos indexados à taxa de câmbio. Isto também é aplicável à linha dos USD 500 milhões, visto que não há garantias de que haverá divisas ao acesso das empresas no momento do respectivo reembolso. Adicionalmente, esta linha não é bonificada e nestes termos deve ser tramitada para as empresas nos procedimentos normais para a aquisição de créditos.
- A CTA, a AMB, o BM e o Governo de Moçambique deviam trabalhar para solicitar apoio aos parceiros económicos internacionais para atender as necessidades das empresas e evitar a sua completa destruição porque o Governo não tem condições para alargar o apoio a uma maior escala.

Pela Melhoria do Ambiente de Negócios!